Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Curso de Ciências Econômicas

André Delgado Carvalho Campos

DESIGUALDADE REGIONAL EM MINAS GERAIS:

Uma análise da formação histórica, da estrutura econômica e dos indicadores de desenvolvimento humano

Mariana – Minas Gerais

2026

André Delgado Carvalho Campos

DESIGUALDADE REGIONAL EM MINAS GERAIS:

Uma análise da formação histórica, da estrutura econômica e dos indicadores de desenvolvimento humano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: André Mourthé de Oliveira

Mariana
2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C198d Campos, Andre Delgado Carvalho Campos.
Desigualdade Regional em Minas Gerais [manuscrito]: uma análise da formação histórica, da estrutura econômica e dos indicadores de desenvolvimento humano. / Andre Delgado Carvalho Campos Campos. - 2026.
49 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Andre Oliveira.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Ciências sociais. 2. Desenvolvimento regional - Minas Gerais. 3. Qualidade de vida - Minas Gerais - Indicadores. I. Oliveira, Andre. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.1(815.1)(091)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - CRB6 1407

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ECONOMICAS

FOLHA DE APROVAÇÃO

André Delgado Carvalho Campos

DESIGUALDADE REGIONAL EM MINAS GERAIS: Uma análise da formação histórica, da estrutura econômica e dos indicadores de desenvolvimento humano

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia

Aprovada em 08 de outubro de 2026

Membros da banca

Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

André Mourthé de Oliveira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/10/2026

Documento assinado eletronicamente por **Andre Mourthe de Oliveira**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/10/2026, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1210566** e o código CRC **187E39AA**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: - www.ufop.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade socioeconômica pessoal e regional em Minas Gerais, buscando compreender como ela se constituiu historicamente, sua relação com a estrutura econômica do estado e sua mensuração a partir dos indicadores de desenvolvimento humano. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em literatura especializada e em dados secundários provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Fundação João Pinheiro (FJP). Inicialmente, foi abordado o processo histórico de formação econômica do estado, destacando os ciclos do ouro e do diamante, a expansão da agropecuária, a industrialização e suas implicações para a organização territorial. Em seguida, foram analisados indicadores socioeconômicos como o Índice de Gini, o Produto Interno Bruto (PIB) regional e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), evidenciando as diferenças existentes entre as regiões mineiras. Os resultados demonstram que, embora Minas Gerais tenha apresentado avanços nos indicadores de desenvolvimento ao longo das últimas décadas, persistem importantes disparidades sociais e regionais relacionadas à concentração da atividade econômica, da infraestrutura e das oportunidades de desenvolvimento. Conclui-se que a desigualdade regional no estado possui caráter estrutural e resulta da interação entre fatores históricos, econômicos e institucionais, indicando a necessidade de políticas públicas voltadas à redução dessas disparidades e à promoção de um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Palavras-chave: desigualdade social e regional; Minas Gerais; desenvolvimento regional; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This study aims to analyze personal and regional socioeconomic inequality in the state of Minas Gerais, seeking to understand its historical formation, its relationship with the state's economic structure, and how it is measured through human development indicators. To achieve this objective, a bibliographic and documentary research was conducted based on specialized literature and secondary data obtained from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute for Applied Economic Research (Ipea), the United Nations Development Programme (UNDP), and the João Pinheiro Foundation (FJP). Initially, the historical process of the state's economic formation was examined, highlighting the gold and diamond cycles, the expansion of agriculture and livestock activities, industrialization, and their implications for the territorial organization of Minas Gerais. Subsequently, socioeconomic indicators, including the Gini Index, the regional Gross Domestic Product (GDP), and the Municipal Human Development Index (MHDI), were analyzed in order to identify regional disparities within the state. The results indicate that, although Minas Gerais has achieved significant improvements in development indicators over recent decades, substantial social and regional inequalities persist due to the concentration of economic activity, infrastructure, and development opportunities in specific areas. It is concluded that regional inequality in Minas Gerais has a structural nature and results from the interaction of historical, economic, and institutional factors, highlighting the importance of public policies aimed at reducing these disparities and promoting more balanced regional development.

Keywords: social and regional inequality; Minas Gerais; regional development; Municipal Human Development Index; economic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Produção do ouro no século XVIII 13

Figura 2 – Hierarquia da sociedade mineradora 14

Figura 3 – Regiões de Minas Gerais 17

Figura 4 – Escravos no ciclo do diamante 20

Figura 5 – Regionalização da Província de Minas Gerais (século XIX) 23

Figura 6 – Participação das grandes regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto e no Valor da Transformação Industrial 1970-2015 25

Figura 7 – Índice de Gini nos estados brasileiros (2024) 31

Figura 8 – Distribuição do Coeficiente de Gini dos Municípios de Minas Gerais – 1991 37

Figura 9 – Distribuição do Coeficiente de Gini dos Municípios de Minas Gerais – 2000 38

Figura 10 – Distribuição do Coeficiente de Gini dos Municípios de Minas Gerais – 2010 39

Figura 11 – Desenvolvimento regional por IDH em Minas Gerais 41

Figura 12 – Participação do PIB regional na economia de Minas Gerais 42

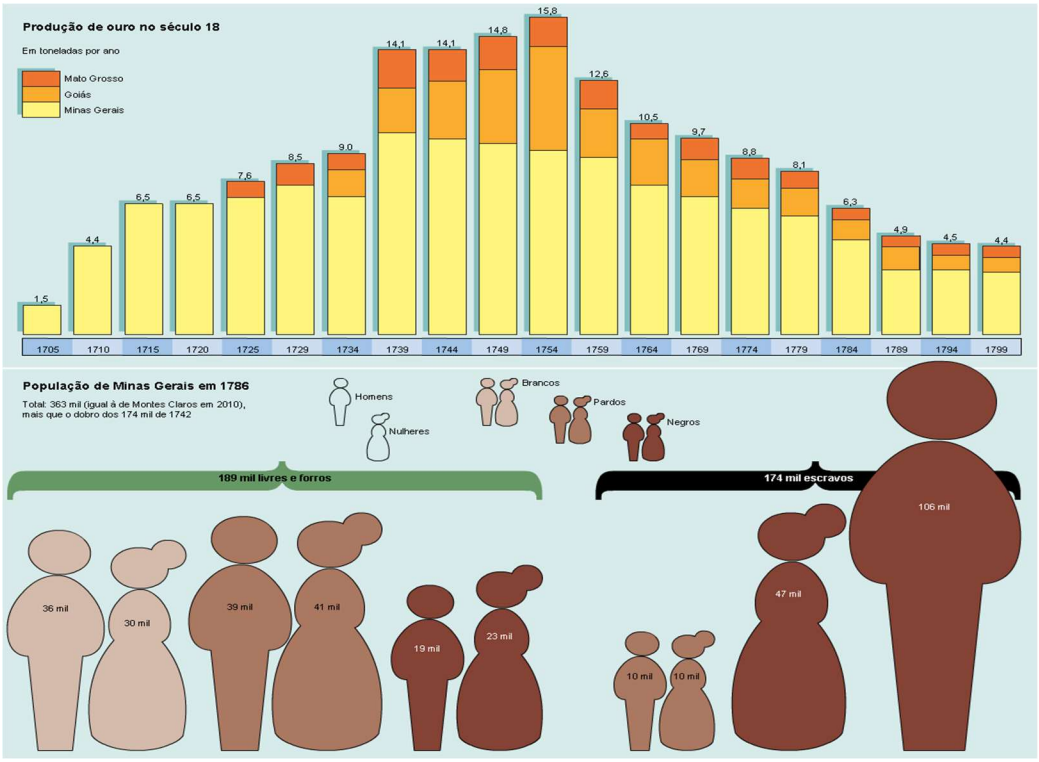
Figura 13 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas Gerais e do Brasil entre 1991 e 2010 43

SUMÁRIO

1 Introdução 8
2 Contexto Histórico 11
2.1 Os Ciclos Econômicos e a Formação das Desigualdades Pessoais e Regionais em Minas Gerais 11
2.1.1 O Ciclo do Ouro (final do século XVII – século XVIII) 11
2.1.2 O Ciclo do Diamante (século XVIII) 15
2.1.3 A Transição para a Agropecuária (século XIX) 20
2.1.4 A Industrialização e Seus Efeitos Regionais (século XX) 23
2.2 Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Regional 27
3 Desigualdades Regionais: aspectos econômicos e sociais 30
3.1 Panorama da Desigualdade em Minas Gerais 33
3.1.1 Desigualdade social e financeira nos municípios de Minas Gerais 35
3.1.2 Representação Gráfica da Evolução do Coeficiente de Gini nos Municípios Mineiros 37
3.1.3 Territorialização da Desigualdade e Estrutura Econômica Regional 40
3.2 Articulação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 43
3.3 Implicações Estruturais e Desafios para o Desenvolvimento Regional 44
4 Conclusão 46
REFERÊNCIAS 48

açucareira, já se observava uma perda de dinamismo econômico em decorrência da concorrência internacional. A expansão da mineração no século XVIII contribuiu para reforçar o deslocamento do eixo econômico da colônia para a região Centro-Sul (FURTADO, 2005), como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Produção do ouro no século XVIII



Fonte: Atlas Histórico do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Essa divergência persiste mesmo após o esgotamento das minas superficiais no final do século XVIII, deixando como herança para o estado o desenvolvimento desigual das áreas e a formação de regiões periféricas, em decorrência da desigualdade de renda criada nesse período. A atividade mineradora exerceu grande influência na formação urbana de Minas Gerais, estimulando o surgimento e o desenvolvimento de vilas e cidades nas áreas ligadas à exploração do ouro. Entretanto, esse processo ocorreu de maneira heterogênea no território, contribuindo para a formação de disparidades regionais que permanecem perceptíveis na estrutura socioeconômica do estado. Esse crescimento também reforçou a dependência em relação à atividade mineradora, que apresentava períodos de expansão e de declínio, gerando instabilidade econômica. O declínio da atividade se iniciou no século XVIII, e evidenciou de forma mais escancarada essa dependência, gerando ainda mais

1 Introdução

Minas Gerais apresenta uma economia diversificada, formada por atividades ligadas à mineração, à indústria, à agropecuária e ao setor de serviços. Entretanto, o desenvolvimento econômico do estado não ocorreu de maneira homogênea em seu território. Ao longo de sua formação histórica, diferentes regiões assumiram papéis distintos na dinâmica econômica mineira, concentrando atividades produtivas, investimentos e infraestrutura em determinados espaços. Como consequência, permanecem diferenças importantes nas condições econômicas e sociais entre as regiões, observadas tanto na distribuição da renda quanto nos indicadores de desenvolvimento humano.

A compreensão dessas desigualdades exige considerar que a atual configuração socioeconômica de Minas Gerais é resultado de um processo histórico de longa duração. Desde a expansão da mineração do ouro e do diamante, passando pela reorganização da economia em torno das atividades agropecuárias no século XIX e pelo avanço da industrialização no século XX, o território mineiro passou por sucessivas transformações econômicas. Esses processos contribuíram para a diversificação da economia estadual, mas seus efeitos ocorreram de maneira diferenciada entre as regiões. Dessa forma, determinadas áreas desenvolveram estruturas produtivas mais diversificadas e maior capacidade de atração de investimentos, enquanto outras permaneceram com maiores limitações econômicas e sociais.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar a desigualdade regional não apenas a partir da capacidade de geração de riqueza, mas também considerando como os resultados do desenvolvimento se manifestam nas condições de vida da população. Essa perspectiva aproxima-se da concepção de desenvolvimento apresentada por Sen (2010), segundo a qual o desenvolvimento não deve ser compreendido exclusivamente pelo crescimento da renda ou da produção, mas também pela ampliação das capacidades e das oportunidades disponíveis aos indivíduos. Assim, indicadores econômicos e sociais podem ser utilizados de maneira complementar para compreender as diferenças existentes no território mineiro.

Diante desse cenário, este trabalho parte da seguinte questão: de que maneira a formação histórica e a estrutura econômica de Minas Gerais contribuíram para a configuração das desigualdades sociais e regionais observadas no estado? A partir dessa questão, o objetivo geral da pesquisa é analisar a desigualdade socioeconômica pessoal e regional em Minas Gerais, buscando compreender sua formação histórica, sua relação com a estrutura econômica do estado e sua manifestação por meio de indicadores de renda e desenvolvimento humano. Essa proposta permite relacionar as transformações históricas da economia mineira às diferenças socioeconômicas observadas entre suas regiões.

A escolha de Minas Gerais como objeto de análise justifica-se pela diversidade econômica, social e territorial existente no estado. Ao mesmo tempo em que Minas Gerais apresenta importante participação na economia brasileira e possui regiões caracterizadas por maior dinamismo econômico e diversificação produtiva, seu território também apresenta áreas marcadas por menores níveis de desenvolvimento e por limitações relacionadas à renda, à infraestrutura e às oportunidades. Nesse sentido, estudar a desigualdade regional mineira permite compreender como diferentes trajetórias históricas e estruturas produtivas podem produzir resultados distintos dentro de uma mesma unidade da Federação. A análise também contribui para a discussão sobre a necessidade de políticas públicas que considerem as particularidades econômicas e sociais de cada região.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa possui caráter bibliográfico e documental. A análise é fundamentada em literatura especializada sobre a formação econômica de Minas Gerais, desigualdade regional e desenvolvimento, complementada pela utilização de dados secundários provenientes de instituições oficiais. Entre as principais fontes utilizadas estão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Para analisar as diferenças socioeconômicas existentes no território mineiro, são utilizados, entre outros elementos, o Índice de Gini, dados referentes à participação regional no Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A utilização conjunta desses indicadores possibilita observar diferentes dimensões da desigualdade, relacionando distribuição de renda, concentração da atividade econômica e desenvolvimento humano.

A análise está organizada de forma a relacionar a trajetória histórica de Minas Gerais com sua configuração socioeconômica mais recente. Inicialmente, são discutidos os principais processos de formação econômica do estado, com destaque para os ciclos do ouro e do diamante, a transição para a agropecuária e o processo de industrialização, buscando compreender como essas transformações contribuíram para diferentes trajetórias regionais. Em seguida, são analisadas as desigualdades econômicas e sociais por meio da distribuição de renda, da estrutura econômica regional e dos indicadores de desenvolvimento humano. Por fim, os resultados são articulados com a discussão sobre desenvolvimento regional, permitindo avaliar de que maneira fatores históricos, econômicos e sociais se relacionam com a permanência das disparidades existentes em Minas Gerais.

2 Contexto Histórico

2.1 Os Ciclos Econômicos e a Formação das Desigualdades Pessoais e Regionais em Minas Gerais

Para compreender a atual configuração econômica e as desigualdades sociais e regionais de Minas Gerais, é necessário analisar o processo histórico de formação da economia do estado. A ocupação e o desenvolvimento econômico do território mineiro intensificaram-se a partir do final do século XVII, com a descoberta do ouro, marco que promoveu profundas transformações econômicas, demográficas e territoriais. A partir desse período, diferentes atividades econômicas contribuíram para reorganizar a economia mineira e influenciaram o desenvolvimento desigual entre suas regiões e população.

Nesse contexto, a economia mineira passou por importantes transformações ao longo dos séculos. Inicialmente, destacou-se a atividade mineradora, impulsionada pelo Ciclo do Ouro, entre o final do século XVII e o século XVIII. Posteriormente, a exploração de diamantes ampliou a importância econômica de determinadas regiões do estado. Com o declínio da mineração, a agropecuária ganhou maior relevância, consolidando-se em diferentes regiões por meio da produção agrícola, da pecuária e do abastecimento interno. Já no século XX, a industrialização e a urbanização redefiniram a dinâmica econômica de Minas Gerais, concentrando investimentos e atividades produtivas em determinados espaços. Por fim, no século XXI, o estado apresenta uma economia diversificada, marcada por avanços tecnológicos, mas ainda caracterizada por desigualdades sociais e regionais cuja origem remonta, em parte, a esse processo histórico.

2.1.1 O Ciclo do Ouro (final do século XVII – século XVIII)

A história econômica do Brasil possui uma fase muito marcante relacionada ao Ciclo do Ouro, especialmente em Minas Gerais, onde a atividade mineradora promoveu importantes transformações econômicas, sociais e demográficas ao longo do século XVIII. Esse processo teve início ainda no final do século XVII, com a descoberta de ouro em diferentes regiões de Minas Gerais, como Ouro Preto e São João del-Rei (VALE; HERRMANN, 2002). Durante essa fase, o Brasil se tornou o principal produtor mundial de ouro em grande parte do século XVIII. De acordo com as estimativas históricas, a extração e a produção desse período atingiram

aproximadamente 1.000 toneladas, com picos de extração anual de até 16 toneladas, provenientes principalmente de depósitos aluvionares e superficiais explorados por bandeirantes na região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais (PORTO; PALERMO; PIRES, 2002). Nesse mesmo período, a economia colonial brasileira tinha como principal base a produção açucareira no Nordeste. Entretanto, o avanço da atividade mineradora em Minas Gerais provocou uma reconfiguração do eixo econômico da colônia, favorecendo o crescimento de novas atividades produtivas. Esse processo estimulou o desenvolvimento do comércio agrícola e artesanal, voltado ao atendimento das demandas da população que se expandia nas regiões de mineração.

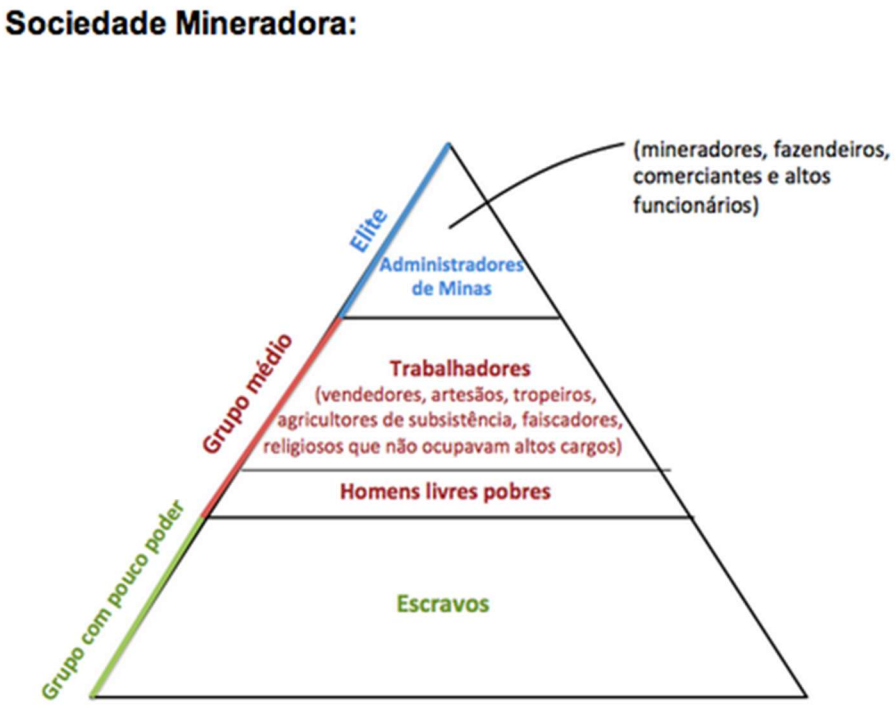
Em Minas Gerais, a mineração tornou-se uma das principais atividades econômicas do período, impulsionando um intenso deslocamento populacional para as áreas auríferas. A busca pelo ouro contribuiu para o processo de urbanização e para a formação de vilas e cidades que se consolidaram como importantes centros econômicos e políticos. A mina de Morro Velho, instalada em 1834 pela St. John D'El Rey Mining Co., exemplifica a longevidade dessa atividade, tendo produzido cerca de 470 toneladas de ouro até o final do século XX, o que representava 25% da produção brasileira acumulada no período (VIEIRA; OLIVEIRA, 1988 apud PORTO; PALERMO; PIRES, 2002, p. 1). A exploração aurífera também ampliou a circulação de bens de consumo e estimulou a criação de rotas comerciais que conectavam as áreas mineradoras a outras regiões. Entretanto, a forte dependência da mineração trouxe limitações para a economia regional. À medida que as jazidas auríferas começaram a apresentar sinais de esgotamento, a produção de ouro diminuiu gradativamente, reduzindo o dinamismo econômico que havia impulsionado o crescimento populacional, urbano e comercial da capitania.

Observa-se que a atividade mineradora promoveu importantes transformações econômicas na colônia. O Ciclo do Ouro impulsionou o crescimento populacional, a urbanização e a circulação de mercadorias, mas também contribuiu para acentuar as desigualdades pessoais e regionais no Brasil colonial. Houve uma forte concentração da atividade mineradora, gerando um desequilíbrio social e geográfico. A região Sudeste absorveu grande parte da migração interna e externa – incluindo portugueses, africanos escravizados e bandeirantes paulistas –, enquanto em outras áreas do país, como o Nordeste, cuja economia era fortemente baseada na produção

desigualdades em comparação a outras atividades mais estáveis, como a atividade agrícola (VALE; HERRMANN, 2002).

No âmbito social, o Ciclo do Ouro fomentou uma estrutura hierárquica marcada pela extrema desigualdade e sustentada pela mão de obra escravizada. A força de trabalho utilizada naquele período era composta, em cerca de 80%, por pessoas escravizadas, submetidas a condições de vida e de trabalho precárias e brutais, com elevado índice de mortalidade em razão da exploração excessiva. Além disso, a sociedade mineradora consistia em uma elite composta por grandes mineradores (chamados de “Barões do ouro”) e funcionários da Coroa desfrutando de riquezas (PORTO; PALERMO; PIRES, 2002). Essa dinâmica reforçou padrões de desigualdade racial e social herdados do escravismo. Além disso, a insatisfação política e econômica, relacionada a fatores como a elevada tributação e as restrições econômicas, contribuiu para o surgimento de conflitos que culminaram na Inconfidência Mineira de 1789.

Figura 2 – Hierarquia da sociedade mineradora



Fonte: Adaptado de Trabalho & Desigualdade Social (s.d.).

A historiografia mais recente, em diálogo com a interpretação de Celso Furtado, destaca que o ciclo da mineração representou uma forma de organização econômica colonial marcada por maior circulação monetária e certa diversificação das atividades

produtivas em comparação ao ciclo açucareiro. No entanto, tal dinamização não implicou redução significativa das desigualdades estruturais, uma vez que a riqueza gerada permaneceu concentrada em uma elite restrita, enquanto a maior parte da população — incluindo escravizados, libertos e trabalhadores livres pobres — foi integrada de maneira subordinada à economia colonial. Nesse sentido, tanto o ciclo do açúcar quanto o da mineração constituíram formas distintas de uma mesma lógica colonial baseada na concentração de renda e na dependência externa, sendo o primeiro caracterizado por maior rigidez estrutural e o segundo por maior mobilidade econômica relativa, ainda que dentro de limites profundamente excludentes.

Em suma, o Ciclo do Ouro promoveu profundas transformações econômicas em Minas Gerais, inserindo a região em posição de destaque na produção aurífera mundial. Ao mesmo tempo em que estimulou a urbanização, o comércio e a expansão da atividade extrativa, esse processo esteve associado à utilização intensiva de mão de obra escravizada e à manutenção de profundas desigualdades sociais e regionais. Esses efeitos são fundamentais para compreender a formação econômica e as desigualdades que marcaram o desenvolvimento posterior do estado. Diante desse contexto, cabe questionar: esse crescimento econômico ostensivo efetivamente se converteu em desenvolvimento? Seus efeitos positivos foram capazes de superar os custos sociais e econômicos associados à sua estrutura?

2.1.2 O Ciclo do Diamante (século XVIII)

Além do Ciclo do Ouro, o Ciclo do Diamante constitui um capítulo fundamental na história econômica colonial e imperial brasileira, marcado pela exploração intensiva de pedras preciosas e que provocou importantes transformações econômicas e sociais em Minas Gerais a partir do século XVIII. As pedras preciosas foram descobertas na região do Alto Jequitinhonha por volta de 1729, e a partir disso a colônia se tornou uma das principais produtoras mundiais durante o século XIX, com picos de extração em fases como o regime de monopólio estatal (Real Extração, até 1832) e o auge garimpeiro subsequente (1832–1870) (Martins, 2004, p. 2–3). Estimativas mostram que, entre 1808 e 1828, a produção anual oscilou entre 5.065 e 14.787 quilates, variação que acompanhou tanto as mudanças no volume de extração quanto as flutuações dos preços no mercado internacional (Martins, 2004, p. 20).

Em Minas Gerais, o epicentro dessa atividade situou-se na região Nordeste do estado, principalmente em Diamantina, onde as lavras aluvionares e secundárias fomentaram uma economia dinâmica. De forma semelhante ao que ocorreu com a exploração do ouro, a atividade diamantífera contribuiu para o crescimento do comércio local e para a formação de vilas e cidades mineradoras, ampliando a importância econômica da mineração na região. O mercado foi cada vez mais movimentado e com volumes expressivos, destacando-se também as cidades de São João da Chapada e Caeté-Mirim, que superaram em poucos anos a produção acumulada da Real Extração em sete décadas (Martins, 2004, p. 3).

No contexto histórico do estado, a “economia do diamante” do século XIX foi dividida em fases de euforia e de crise tendo a seguinte periodização:

1.ª fase: 1808 a 1832 – Primeira crise do diamante;

2.ª fase: 1832 a 1870 – Boom da atividade garimpeira;

3.ª fase: 1870 a 1897 – Segunda crise do diamante;

4.ª fase: 1897 a 1930 – Reanimação da atividade mineradora.

A partir de 1832, com o término do monopólio e a adoção da extração livre, instalou-se um verdadeiro auge garimpeiro. Esse movimento fez os preços internacionais subirem para patamares vantajosos — cerca de duas libras por quilate — e incentivou novos investimentos em lavras que utilizavam tanto escravos alugados quanto trabalhadores livres contratados para prestar serviços (Martins, 2004, p. 3–4). Diamantina consolidou-se como um importante polo de riqueza, **no qual** grandes mineradores acumularam fortunas por meio de arrendamentos e da especulação sobre terras.

A partir de 1870, o setor entrou em forte declínio. A descoberta de minas no Cabo, na África do Sul, provocou uma queda abrupta nos preços — uma redução de cerca de 85% entre 1870 e 1874, passando de $1.200 para apenas $170 (Martins, 2004, p. 5). A depreciação dos preços, associada aos conflitos por terras e às incertezas econômicas, aumentou a vulnerabilidade da economia regional, que permaneceu fortemente dependente da exportação de produtos brutos, enquanto as tentativas de agregar valor por meio da lapidação local encontravam dificuldades

(Martins, 2004, p. 12–16). Em 1873, conforme José Teixeira Neves, muitos faiscadores estavam abandonando a mineração do diamante pela extração do ouro. Além disso, alguns produtores de diamantes foram atingidos pelo desespero, como demonstra o relato seguinte, referente ao ano de 1874:

> Um honrado negociante de diamantes do Serro investirá o seu capital no negócio e seguiu para a Europa a fim de vender sua mercadoria. O preço encontrado nas praças europeias representava para ele um prejuízo de 80%. Regressando ao Brasil, atirou-se no mar nas proximidades de Cabo Frio. Além desse, deram-se outros suicídios pelo mesmo motivo (ACERVO JOSÉ TEIXEIRA NEVES, Livro 1, caixa 3, f. XXIII, apud Martins, 2004, p. 5).

De maneira semelhante ao Ciclo do Ouro, o Ciclo do Diamante apresentou efeitos econômicos e sociais distintos sobre o território mineiro. Entretanto, a atividade diamantífera acentuou ainda mais as desigualdades regionais em Minas Gerais, criando um desequilíbrio geográfico e social. A mineração de diamantes concentrou-se especialmente no Alto do Jequitinhonha, onde atraiu, de forma massiva, bandeirantes, escravos africanos e portugueses, enquanto outras regiões do estado estavam voltadas para o café e a pecuária, sobretudo no Sul e no Centro, apresentando uma economia mais estável em seu valor agregado.

Figura 3 – Regiões de Minas Gerais



Fonte: Adaptado de Matias (s.d.).

Essa situação persistiu durante a crise de 1870–1890, quando o declínio dos preços do diamante provocou a migração de parte da população para áreas cafeeiras. A crise provocou a retração da atividade econômica regional, reduziu as oportunidades de trabalho e intensificou o fluxo migratório em direção às áreas cafeeiras em expansão, especialmente na Zona da Mata e Sul de Minas, e no Rio de Janeiro (Martins, 2004, p. 6). Estudos mais recentes indicam que a forte especialização em atividades extrativas, quando não acompanhada pela diversificação produtiva, tende a contribuir para a manutenção de desigualdades regionais e de limitações ao desenvolvimento econômico de longo prazo (Nahas, 2014).

Além disso, as secas e o encarecimento dos alimentos aumentaram ainda mais a vulnerabilidade da população, levando o governo a adotar medidas emergenciais, como a criação de cozinhas públicas em 1890. Esse cenário evidenciava as desigualdades existentes no território, em que Diamantina concentrava riqueza e prestígio, enquanto as áreas periféricas permaneciam marcadas pela pobreza.

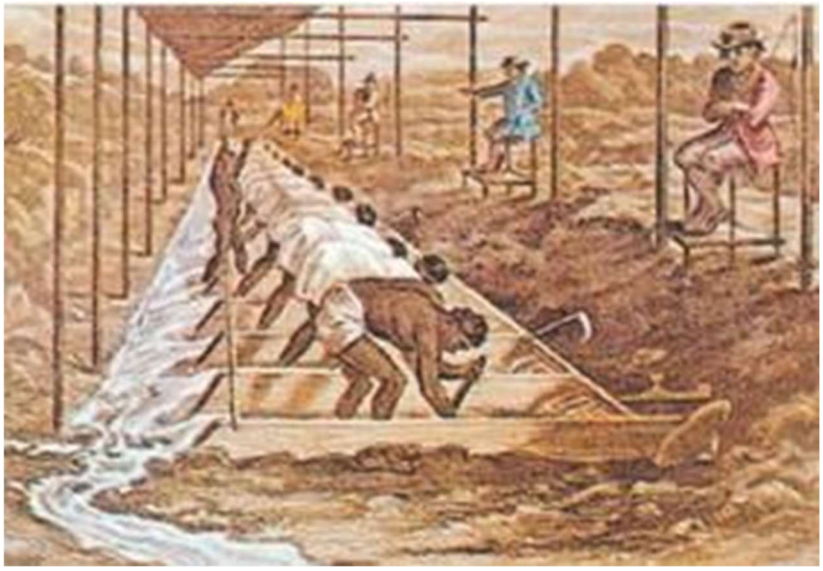
No âmbito social, o Ciclo do Diamante também fomentou uma estrutura hierárquica rígida, com os grandes mineradores e as autoridades reais ocupando o topo da estrutura social, seguidos por grupos intermediários, como tropeiros, oficiais, profissionais liberais, soldados, clérigos, pequenos mineradores e burocratas, enquanto os escravizados compunham a base dessa organização, conforme representado na Figura 2. Entre os principais representantes da elite mineradora destacava-se o Comendador Serafim Moreira da Silva, que desfrutava dos lucros da atividade diamantífera, ao passo que grande parte da força de trabalho era composta por garimpeiros e escravizados submetidos a condições precárias de trabalho (Martins, 2004, p. 3–4).

Com o declínio da atividade diamantífera, essa estrutura social tornou-se ainda mais desigual. A crise entre 1870 e 1890 acentuou essas disparidades, provocando uma onda de falências, casos de suicídio entre comerciantes e intensos movimentos migratórios. Nesse período, 66% dos escravos vendidos entre 1872 e 1881 foram enviados para fora da região, evidenciando o impacto social da decadência econômica. A retração da atividade mineradora comprometeu a dinâmica econômica regional e aprofundou os conflitos sociais, cenário compatível com a interpretação de

Furtado (2005), segundo a qual o esgotamento das economias exportadoras baseadas em recursos naturais não foi acompanhado pela formação de uma estrutura produtiva diversificada, perpetuando desequilíbrios econômicos e sociais. Nesse contexto, as invasões de terras promovidas por faiscadores, em 1873, foram duramente reprimidas pela polícia e a insatisfação de mineradores e diamantários diante das mudanças na legislação minerária e da proposta de transferência da Repartição dos Terrenos Diamantinos para Belo Horizonte culminou no movimento insurrecional ocorrido em Diamantina, em janeiro de 1904, marcado pela mobilização popular, pelo fechamento do comércio e pela tomada do arquivo da Repartição dos Terrenos Diamantinos (Martins, 2004, p. 8–9). A historiografia destaca que, embora alguns setores brancos tenham conquistado certa mobilidade por meio da lapidação, a maior parte da população permaneceu marginalizada, incluindo libertos que, após a abolição, passaram a integrar economias de subsistência e encontraram poucas oportunidades de ascensão econômica. Esse legado histórico contribui para compreender as desigualdades contemporâneas em Minas Gerais, especialmente no Nordeste do estado, onde áreas de forte herança mineradora ainda apresentam elevados índices de exclusão social.

Em síntese, pode-se observar um padrão semelhante nos ciclos do ouro e do diamante. Ambos apresentaram uma estrutura social hierarquizada e um modelo econômico fortemente baseado na atividade extrativa, promovendo significativo crescimento econômico nas regiões mineradoras durante os períodos de expansão. Entretanto, esse crescimento esteve concentrado na exploração mineral e não foi acompanhado pela diversificação das atividades produtivas, tornando essas economias altamente dependentes da mineração. Com o esgotamento das jazidas e a redução da atividade extrativa, as regiões enfrentaram retração econômica, agravamento das desigualdades sociais e dificuldades para estabelecer novas bases de desenvolvimento. Esse processo contribui para compreender a persistência de disparidades socioeconômicas observadas em parte do território mineiro, especialmente em áreas historicamente vinculadas à mineração. Dessa forma, observa-se que o crescimento econômico decorrente da mineração não se converteu, necessariamente, em desenvolvimento econômico de longo prazo, evidenciando os limites de uma economia excessivamente dependente da atividade extrativa.

Figura 4 – Escravos no ciclo do diamante



Fonte: Atlas Histórico do Brasil – FGV (s.d.). Obra de Carlos Julião, c. 1770.

2.1.3 A Transição para a Agropecuária (século XIX)

O declínio da atividade mineradora ao longo do século XIX marcou uma importante transformação na estrutura econômica de Minas Gerais. Com a redução da produção de ouro e diamantes, tornou-se necessária a reorganização das atividades produtivas, contexto em que a agropecuária assumiu papel cada vez mais relevante na economia provincial. Esse processo ocorreu de forma gradual e em diferentes ritmos entre as regiões mineiras, impulsionando a ocupação de novas áreas, a reorganização das atividades econômicas e a formação de centros voltados à produção agropecuária.

Esse processo não ocorreu de forma homogênea em todo o território mineiro. Enquanto as regiões cuja economia permanecia fortemente vinculada à mineração sentiram mais intensamente os efeitos da retração da atividade extrativa, outras passaram a ampliar a importância das atividades agropecuárias, favorecidas pela disponibilidade de terras e pela crescente demanda por produtos destinados ao abastecimento interno. Ao longo do século XIX, essa reorganização produtiva promoveu o deslocamento gradual do dinamismo econômico para áreas com maior aptidão agrícola e pecuária, embora esse movimento tenha ocorrido de maneira desigual entre as diferentes regiões do estado. Conforme destaca Furtado (2005), a perda de protagonismo da mineração impulsionou a expansão das atividades voltadas

ao mercado interno, redefinindo parte da estrutura econômica de Minas Gerais. Em complemento, Costa e Matos (2020) observam que essas transformações estiveram associadas a diferentes processos de reestruturação econômica e territorial, responsáveis por conferir características distintas às diversas regiões mineiras.

A produção agropecuária passou a desempenhar papel central na reorganização da economia mineira ao longo do século XIX. Predominavam atividades voltadas tanto ao autoconsumo quanto ao abastecimento dos mercados locais, regionais e interprovinciais. A produção era diversificada, incluindo culturas como milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e pequenas lavouras comerciais, além da criação extensiva de animais. Essa diversidade produtiva contribuiu para o abastecimento da população, para o suprimento das tropas que circulavam pela província e para a ampliação das trocas comerciais, constituindo uma das principais bases da economia mineira após o declínio da mineração. No Sul de Minas, por exemplo, Vale (2019) demonstra que municípios como Pouso Alegre se inseriram nesse processo por meio de uma produção agropecuária diversificada, voltada ao abastecimento regional e interprovincial, mantendo relações comerciais com áreas ligadas à expansão da cafeicultura.

Apesar da reorganização econômica promovida pela expansão das atividades agropecuárias, seus efeitos não foram distribuídos de maneira uniforme entre as regiões mineiras. Enquanto algumas localidades experimentaram maior dinamismo econômico, outras permaneceram marcadas por estruturas produtivas menos diversificadas e pela predominância da agricultura de subsistência. Regiões como o Vale do Jequitinhonha, o Norte de Minas e parte do Vale do Mucuri apresentaram maior dificuldade em acompanhar esse processo de transformação econômica. Ribeiro e Galizoni (2007) destacam que, em diversas comunidades rurais, a privatização dos antigos “campos comuns” contribuiu para intensificar a concentração fundiária e restringir o acesso às terras tradicionalmente utilizadas pelas populações locais, ampliando as desigualdades no meio rural.

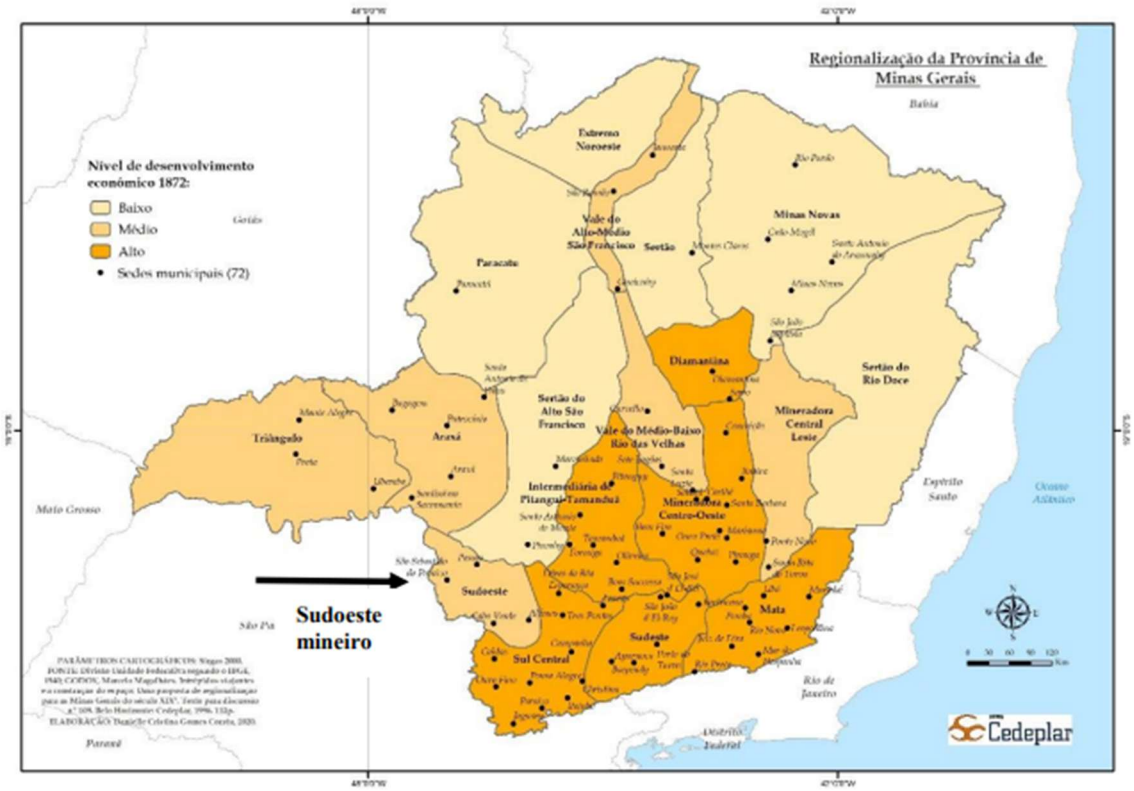
Em contraste, o Sul de Minas apresentou maior dinamismo econômico durante esse processo de reorganização produtiva. A diversificação das atividades agropecuárias e a expansão da agricultura comercial favoreceram a acumulação de riqueza e o fortalecimento das economias locais. Ao analisar o município de Pouso

Alegre entre 1870 e 1920, Vale (2019, p. 38) demonstra que sua economia se estruturava a partir de uma produção diversificada voltada ao abastecimento regional e interprovincial, coexistindo com áreas de expansão cafeeira. Embora o café tenha adquirido importância crescente na região, a base econômica permaneceu sustentada por diferentes atividades agrícolas e pecuárias, característica que contribuiu para o desenvolvimento econômico do Sul de Minas. No século XIX, a cafeicultura também se expandiu na Zona da Mata mineira, contribuindo para a formação de um núcleo agroexportador na região (Rodrigues, 2023, p. 210).

Outro aspecto relevante desse período foi a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, intensificada nas últimas décadas do século XIX, com a Abolição da Escravidão, em 1888. Essa mudança ocorreu em um contexto no qual a economia mineira já apresentava maior diversificação de suas atividades produtivas, com crescente participação da agropecuária e do comércio interno. Entretanto, seus efeitos variaram entre as diferentes regiões do estado. Nas áreas em que predominavam atividades agrícolas voltadas ao mercado, como parte do Sul de Minas e da Zona da Mata, a reorganização das relações de trabalho ocorreu de forma mais rápida, impulsionada pela necessidade de manter os níveis de produção. Em contrapartida, regiões menos dinâmicas economicamente, caracterizadas pela predominância da agricultura de subsistência e menor integração aos mercados, apresentaram um processo de adaptação mais lento. Dessa forma, a substituição da mão de obra escravizada ocorreu de maneira diferenciada, refletindo as distintas estruturas econômicas e produtivas existentes em Minas Gerais.

As diferenças observadas durante a reorganização econômica do século XIX também se refletiram na distribuição espacial das atividades produtivas em Minas Gerais. A província passou a apresentar regiões com diferentes especializações econômicas, resultado das distintas condições históricas, geográficas e produtivas. Nesse contexto, a Figura 5 ilustra a regionalização econômica da província, evidenciando a diversidade das atividades predominantes e o deslocamento do dinamismo econômico para determinadas áreas do território mineiro.

Figura 5 – Regionalização **da Província de Minas Gerais (século XIX)**



Fonte: Adaptado de PAIVA; GODOY (2002), reproduzido em RODRIGUES (2023).

Em síntese, a transição da mineração para uma economia com maior participação das atividades agropecuárias representou uma importante transformação na estrutura econômica de Minas Gerais ao longo do século XIX. Embora esse processo tenha ampliado as possibilidades de crescimento em determinadas regiões, seus efeitos ocorreram de forma desigual, preservando diferenças na estrutura produtiva, na distribuição da riqueza e nas oportunidades de desenvolvimento. A regionalização econômica apresentada na Figura 5 evidencia essas diferenças e demonstra que a reorganização produtiva ocorreu de maneira heterogênea no território mineiro, contribuindo para a consolidação de desigualdades que influenciaram o processo de desenvolvimento do estado ao longo do século XX. Essas disparidades serviram de base para as transformações posteriores, quando a industrialização passou a desempenhar papel decisivo na redefinição da dinâmica econômica de Minas Gerais e no aprofundamento das desigualdades regionais.

2.1.4 A Industrialização e Seus Efeitos Regionais (século XX)

Após o declínio da mineração e a reorganização econômica impulsionada pela agropecuária, Minas Gerais iniciou, de forma gradual, seu processo de

industrialização. Conforme Furtado (2005), as transformações da economia brasileira favoreceram a expansão das atividades industriais ao longo do século XX, embora esse processo tenha ocorrido de maneira desigual entre as regiões do país. Em Minas Gerais, Diniz (2018, p. 205–206) destaca que a industrialização se concentrou inicialmente em determinadas regiões, impulsionada pela disponibilidade de recursos naturais, pela expansão da infraestrutura de transportes, pela formação do mercado interno e pela atuação do Estado, fatores que contribuíram para reforçar diferenças sociais e regionais já existentes.

No início do século XX, a maior parte da população mineira ainda vivia na zona rural, e a economia permanecia fortemente vinculada às atividades agropecuárias. Apesar disso, algumas cidades passaram a concentrar atividades comerciais e manufatureiras, com destaque para os setores de alimentos, têxteis e metalurgia. Nesse contexto, a aquisição da Companhia Mineira de Siderurgia pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, na década de 1920, representou um importante marco para o avanço da industrialização em Minas Gerais, evidenciando o fortalecimento da atividade industrial no estado (Diniz, 2018, p. 205–206).

A abundância de recursos minerais, especialmente minério de ferro, favoreceu a expansão da siderurgia e impulsionou novos investimentos industriais. Paralelamente, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes e a ampliação da demanda fortaleceram atividades ligadas à metalurgia, à produção de ferro e aço, ao cimento e a outros segmentos industriais, ampliando gradualmente a participação da indústria na economia mineira (Diniz, 2018, p. 206).

O processo de industrialização também foi impulsionado pela atuação do Estado, por meio da formulação de políticas públicas e da criação de instituições voltadas ao desenvolvimento econômico. Entre as principais iniciativas destacam-se a implantação da Cidade Industrial de Contagem (1945), o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1946), o Plano de Eletrificação (1949), a criação da Cemig (1952), o Binômio Energia e Transportes (1951–1955) e a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1962. Essas medidas ampliaram a infraestrutura estadual, estimularam a instalação de novas indústrias e contribuíram para a modernização da economia mineira (Diniz, 2018, p. 206).

As medidas adotadas ao longo do século XX impulsionaram a modernização da economia mineira e favoreceram a diversificação de sua estrutura produtiva. A expansão da infraestrutura de energia e transportes, aliada à atuação de instituições como o BDMG, ampliou a capacidade de atração de investimentos e fortaleceu o parque industrial do estado. Como consequência, diferentes segmentos industriais se desenvolveram, destacando-se a siderurgia, a indústria alimentícia, a fabricação de veículos e a produção de autopeças. A instalação da FIAT ampliou a diversificação da estrutura industrial mineira, fortaleceu os encadeamentos produtivos e contribuiu para a geração de emprego, renda e investimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A evolução da participação de Minas Gerais na atividade industrial brasileira permite observar os resultados desse processo de industrialização ao longo do século XX. A Figura 6 apresenta a participação das grandes regiões e das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto (PIB) e no Valor da Transformação Industrial (VTI), permitindo situar Minas Gerais no contexto da economia nacional.

Figura 6 – Participação das grandes regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto e no Valor da Transformação Industrial 1970–2015

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no PIB (%)				Participação no VTI (%)			
	1970	1980	2000	2015	1969	1979	2000	2015
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	2,2	3,2	4,6	5,4	1,0	2,0	4,6	6,3
Nordeste	11,7	12,0	13,1	14,2	5,9	7,4	8,9	10,4
Sudeste	65,5	62,4	57,8	54,0	80,8	73,4	65,8	58,1
Minas Gerais	8,3	9,4	9,6	8,7	7,6	8,1	9,5	10,2
Espírito Santo	1,2	1,5	2,0	2,0	0,4	1,0	2,0	2,9
Rio de Janeiro*	16,7	13,8	12,5	11,0	16,3	11,2	9,5	10,7
São Paulo	39,4	37,7	33,7	32,4	56,4	53,0	44,8	34,3
Sul	16,7	17,0	17,6	16,8	11,7	15,3	18,5	19,8
Centro-Oeste	3,9	5,4	7,0	9,7	0,7	1,3	2,2	5,5

Fonte: PIB - 1970, 1980, 2000: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; 2015: IBGE, Contas Regionais.
VTI: IBGE, Pesquisa Industrial Anual, Empresa.
* Nos anos de 1969 e 1970, inclui o estado da Guanabara.

Fonte: Diniz (2018, p. 215).

As transformações promovidas ao longo do século XX refletiram diretamente na participação de Minas Gerais na economia nacional. Conforme apresentado na Figura 6, o estado ampliou sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) e no Valor da Transformação Industrial (VTI), evidenciando o fortalecimento de sua atividade industrial. Apesar desse avanço, o crescimento ocorreu de forma desigual, concentrando-se em determinadas regiões e não alcançando, na mesma intensidade, todo o território mineiro.

Conforme destaca Diniz (2018), o BDMG, a Fundação João Pinheiro e a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), em articulação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), participaram da criação do Cebrae, posteriormente denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Dessa forma, observa-se que as políticas e os incentivos implementados ao longo do período contribuíram para fortalecer a economia mineira, ampliando sua capacidade de atrair investimentos, diversificar a estrutura produtiva e estimular o crescimento industrial. Esses resultados podem ser observados na evolução da participação de Minas Gerais na economia nacional, apresentada na Figura 6.

A evolução apresentada nos dados analisados evidencia uma perda de dinamismo econômico entre as décadas de 1980 e 1990, período marcado, no contexto nacional, por elevada instabilidade econômica. Minas Gerais também foi afetada por esse cenário, apresentando menor crescimento econômico em comparação às décadas anteriores.

Além desse cenário macroeconômico adverso, fatores estruturais também influenciaram o desempenho econômico mineiro. A proximidade com importantes centros econômicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, intensificou a concorrência pela atração de investimentos e pela concentração das atividades produtivas. Apesar dessas dificuldades, Minas Gerais manteve posição de destaque na economia nacional, apoiada na disponibilidade de recursos naturais, na diversificação de seu parque industrial e na continuidade de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico.

Mesmo diante das dificuldades observadas nesse período, o processo de industrialização consolidado nas décadas anteriores permitiu que Minas Gerais preservasse uma estrutura produtiva diversificada e relevante para a economia brasileira. Entretanto, os benefícios desse desenvolvimento não foram distribuídos de forma homogênea pelo território estadual. A concentração dos investimentos, da infraestrutura e das atividades industriais em determinadas regiões contribuiu para ampliar as diferenças econômicas entre os municípios mineiros, aspecto que se tornou um dos principais fatores para a persistência das desigualdades regionais no estado.

2.2 Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Regional

Ao longo do século XX, o desenvolvimento foi amplamente associado ao crescimento econômico, à industrialização e ao aumento da renda. Essa perspectiva orientou grande parte das análises econômicas, enfatizando a expansão da produção, a modernização da estrutura produtiva e o fortalecimento da atividade industrial como principais indicadores do progresso das nações. No contexto de Minas Gerais, esse entendimento contribui para explicar as transformações econômicas discutidas nas seções anteriores, marcadas pela transição da economia mineradora para a agropecuária e, posteriormente, pelo processo de industrialização. Entretanto, o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para explicar as diferenças nas condições de vida da população nem a persistência das desigualdades regionais observadas no estado.

Em contraposição à visão tradicional, Amartya Sen (2010) propõe uma concepção mais abrangente de desenvolvimento, compreendendo-o como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas. Para o autor, o desenvolvimento não deve ser identificado exclusivamente com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), o aumento da renda, a industrialização ou a modernização econômica, embora esses fatores desempenhem papel relevante nesse processo. Segundo Sen (2010), o crescimento econômico constitui um importante instrumento para ampliar as oportunidades individuais, porém somente adquire sentido quando possibilita às pessoas melhores condições de vida, maior acesso à educação, à saúde e à participação na sociedade. Dessa forma, o desenvolvimento deixa de ser entendido apenas como um resultado econômico e

passa a ser avaliado também pela capacidade das pessoas de exercerem suas liberdades e realizarem escolhas que consideram valiosas.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento passa a ser avaliado pela expansão das capacidades e das liberdades substantivas dos indivíduos. Para Sen (2010), a renda representa um importante meio para ampliar as oportunidades das pessoas, porém não constitui um fim em si mesma, uma vez que diferentes indivíduos podem converter os mesmos recursos em níveis distintos de bem-estar e qualidade de vida. Assim, fatores como acesso à educação, aos serviços de saúde, às oportunidades econômicas e à participação na vida social e política tornam-se elementos fundamentais para que as pessoas possam desenvolver suas capacidades e exercer plenamente sua condição de agentes do próprio desenvolvimento. Dessa forma, a análise do desenvolvimento deixa de concentrar-se exclusivamente nos resultados econômicos e passa a considerar também as condições efetivas que permitem aos indivíduos ampliar suas oportunidades e melhorar sua qualidade de vida.

A abordagem proposta por Sen influenciou a forma como o desenvolvimento passou a ser analisado em diversos estudos e organismos internacionais, deixando de considerar apenas o desempenho econômico dos países. A partir dessa perspectiva, aspectos relacionados à educação, à saúde e à renda passaram a compor indicadores voltados para avaliar as condições de vida da população. Neste contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tornou-se uma das principais medidas para analisar o desenvolvimento de uma sociedade, por incorporar diferentes dimensões do bem-estar humano, além do crescimento econômico (PNUD; Ipea; FJP, 2013). Essa compreensão também orienta os estudos sobre desenvolvimento regional, permitindo avaliar não apenas a capacidade de geração de riqueza, mas também a forma como essa riqueza se reflete nas condições de vida da população.

A discussão proposta por Sen demonstra que o verdadeiro desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento da economia, mas pela capacidade de transformar esse crescimento em melhores condições de vida para a população. Essa perspectiva se torna especialmente relevante para Minas Gerais, onde importantes avanços econômicos coexistem com profundas diferenças entre suas regiões. Dessa forma, compreender as desigualdades regionais exige olhar além dos indicadores de

produção e renda, buscando entender de que maneira o desenvolvimento econômico tem, ou não, ampliado as oportunidades e a qualidade de vida da população.

3 Desigualdades Regionais: aspectos econômicos e sociais

Os diferentes processos de desenvolvimento observados ao longo da história de Minas Gerais contribuíram para a formação de um estado marcado por profundas desigualdades entre suas regiões. Embora o crescimento econômico tenha impulsionado importantes transformações na estrutura produtiva mineira, seus benefícios não foram distribuídos de maneira uniforme pelo território. Como resultado, alguns municípios concentraram investimentos, infraestrutura e oportunidades, enquanto outros permaneceram com maiores limitações econômicas e sociais. Compreender essas diferenças é fundamental para analisar como a desigualdade regional e social se manifesta no estado e quais fatores contribuem para sua permanência.

A desigualdade regional e social é resultado de um processo histórico, econômico e social que ocorre quando os benefícios do desenvolvimento não são distribuídos de forma equilibrada entre diferentes localidades. Embora esse fenômeno possa ser observado em diversos países, ele se manifesta de maneira significativa no Brasil, onde algumas regiões concentram a maior parte dos investimentos, da atividade produtiva, da infraestrutura e das oportunidades de emprego, enquanto outras enfrentam maiores dificuldades para promover seu desenvolvimento. Essas diferenças evidenciam que o crescimento econômico, por si só, não garante a redução das desigualdades nem a melhoria das condições de vida da população.

A concentração das atividades econômicas tende a atrair novos investimentos, empresas e trabalhadores qualificados, fortalecendo ainda mais o dinamismo dessas regiões. Esse processo favorece a geração de emprego, renda e infraestrutura, aumentando sua capacidade de crescimento ao longo do tempo. Entretanto, os benefícios desse desenvolvimento nem sempre alcançam outras localidades na mesma intensidade, o que contribui para ampliar as diferenças econômicas e sociais entre as regiões e reforçar a persistência das desigualdades.

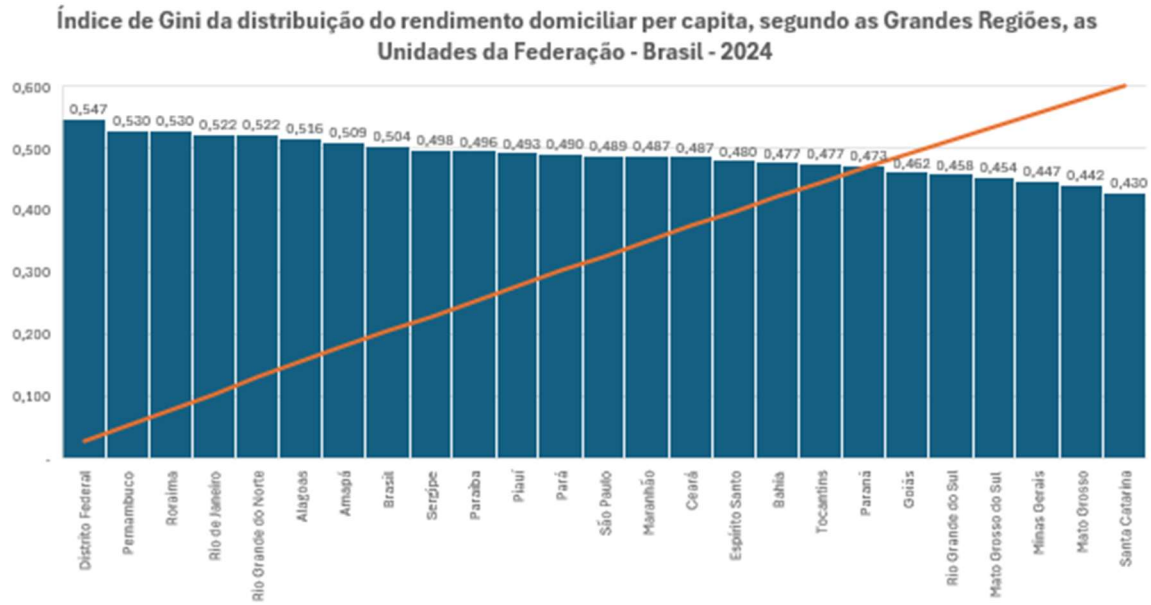
A concentração da atividade econômica também influencia a forma como o desenvolvimento se distribui pelo território. Regiões que reúnem maior infraestrutura, oferta de serviços, acesso ao crédito e mão de obra qualificada tendem a atrair novos investimentos e ampliar sua capacidade de crescimento. Em contrapartida,

localidades com menor dinamismo econômico enfrentam maiores dificuldades para gerar emprego, renda e oportunidades, perpetuando diferenças que se refletem tanto nos indicadores econômicos quanto nas condições de vida da população.

Os aspectos históricos apresentados no capítulo anterior evidenciam que a desigualdade regional em Minas Gerais é resultado de um processo de formação econômica que ocorreu de maneira desigual ao longo do tempo. A concentração da produção, da infraestrutura e dos investimentos em determinadas regiões contribuiu para ampliar as diferenças de desenvolvimento entre os municípios mineiros. Nesse contexto, compreender essas desigualdades exige analisar não apenas o crescimento econômico do Estado, mas também a forma como esse crescimento se distribui pelo território e influencia as condições de vida da população. Para isso, este capítulo utiliza indicadores capazes de avaliar essa dinâmica e compreender como as desigualdades se manifestam em Minas Gerais.

A desigualdade de renda pode ser analisada por meio de diferentes indicadores, sendo o Índice de Gini um dos mais utilizados para avaliar a distribuição de renda de uma população. A Figura 7 apresenta os valores desse indicador para os estados, com base em dados do IBGE referentes a 2024

Figura 7 – Índice de Gini nos estados brasileiros (2024)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2024).

O Índice de Gini é um dos principais indicadores utilizados para medir a desigualdade na distribuição pessoal de renda. Seus valores variam entre 0 (igualdade perfeita) e 1 (desigualdade máxima). No Brasil, em 2024, os dados revelam diferenças significativas entre as unidades da federação, refletindo características históricas, econômicas e sociais sobre a distribuição da renda no país.

Em 2024, o Índice de Gini do Brasil foi de 0,504, indicando que a distribuição da renda no país ainda apresenta elevado grau de concentração. Embora esse resultado represente avanços em relação a décadas anteriores, o indicador permanece distante dos níveis observados em países desenvolvidos, evidenciando que a desigualdade continua sendo um dos principais desafios para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

O Distrito Federal (0,547) apresentou o maior Índice de Gini do país em 2024, evidenciando elevado grau de concentração de renda. Em seguida, destacam-se Pernambuco (0,530), Roraima (0,530) e Rio de Janeiro (0,522), todos com índices superiores à média nacional. Esses resultados demonstram que a desigualdade na distribuição da renda permanece como uma característica presente em diferentes regiões do país, ainda que por razões econômicas e sociais distintas.

Diversos estados apresentam Índice de Gini próximo à média nacional, entre eles São Paulo (0,489), Pará (0,490) e Piauí (0,493). Apesar das diferenças em suas estruturas econômicas e características regionais, esses resultados demonstram que a desigualdade na distribuição da renda não está restrita a uma região específica do país. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno presente em diferentes contextos econômicos, evidenciando que a concentração da renda continua sendo um desafio para o desenvolvimento brasileiro.

No extremo oposto, Santa Catarina (0,430) apresentou o menor Índice de Gini do país em 2024, indicando uma distribuição de renda menos desigual em comparação às demais Unidades da Federação. Outros estados com índices relativamente baixos incluem Minas Gerais (0,447), Mato Grosso (0,442) e Rio Grande do Sul (0,458). Esses resultados demonstram que, embora a desigualdade esteja presente em todo o país, sua intensidade varia entre os estados, refletindo diferenças em suas características econômicas, sociais e regionais.

Os dados também evidenciam diferenças importantes entre as regiões brasileiras. De modo geral, Norte e Nordeste concentram alguns dos maiores Índices de Gini do país, enquanto Sul e parte do Centro-Oeste apresentam indicadores relativamente menores. Já a região Sudeste revela uma realidade diferente, reunindo estados com elevada concentração de renda, como o Rio de Janeiro, e outros com índices inferiores, como Minas Gerais. Essas diferenças demonstram que a desigualdade brasileira não segue um único padrão, sendo influenciada por fatores históricos, econômicos e sociais próprios de cada região.

A inovação também desempenha papel importante no desenvolvimento econômico. Schumpeter (1997) afirma que o desenvolvimento ocorre por meio de transformações na estrutura produtiva, processo que denominou de “destruição criadora”. Segundo o autor, a introdução de novas tecnologias, produtos e formas de produção substitui métodos anteriores, impulsionando ganhos de produtividade e promovendo mudanças na dinâmica econômica. Dessa forma, o desenvolvimento vai além do simples aumento da produção, estando relacionado à capacidade de inovação e transformação da economia.

No caso de Minas Gerais, essa discussão se torna especialmente relevante, uma vez que o estado apresentou crescimento econômico ao longo de sua formação histórica sem que esse processo resultasse em um desenvolvimento homogêneo entre suas regiões. Observam-se disparidades significativas entre os municípios mineiros, com regiões mais dinâmicas convivendo com áreas que ainda enfrentam limitações econômicas e sociais. Esse cenário evidencia que o crescimento econômico, embora fundamental, não garante, por si só, a redução das desigualdades nem a melhoria das condições de vida da população, reforçando a necessidade de analisar como a riqueza é distribuída pelo território.

3.1 Panorama da Desigualdade em Minas Gerais

Minas Gerais possui grande importância econômica e populacional no cenário nacional, além de apresentar um território extenso e uma estrutura produtiva diversificada. Ao longo de sua formação, diferentes atividades econômicas contribuíram para o desenvolvimento do estado, como a mineração, a agropecuária, a indústria e, mais recentemente, a expansão do setor de serviços. Entretanto, esse processo não ocorreu de maneira uniforme entre as diferentes partes do território

mineiro. Enquanto determinadas regiões concentraram maior volume de investimentos, infraestrutura e atividades produtivas, outras permaneceram com menor dinamismo econômico e oportunidades mais limitadas de desenvolvimento.

A formação das desigualdades regionais em Minas Gerais está relacionada à maneira como os investimentos, a infraestrutura e as atividades produtivas se distribuíram pelo território ao longo do tempo. A partir da perspectiva de Furtado (2005), pode-se compreender que a concentração econômica em determinados espaços tende a ampliar suas vantagens, atraindo novos empreendimentos, serviços e oportunidades de trabalho. Em contrapartida, regiões menos integradas aos principais centros produtivos enfrentam maiores dificuldades para diversificar suas economias e ampliar a geração de renda. Dessa forma, as diferenças regionais mineiras não resultam apenas das características naturais do território, mas também de decisões econômicas e políticas que favoreceram alguns espaços em relação a outros.

Essa dinâmica pode ser observada na própria organização econômica de Minas Gerais. Apesar de possuir uma das maiores economias do país e apresentar uma estrutura produtiva diversificada, a atividade econômica encontra-se distribuída de forma desigual entre suas regiões, como evidenciam os indicadores analisados nas seções seguintes. Áreas como a Região Central, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e o Sul de Minas concentram parcela significativa da produção industrial, do setor de serviços, da logística e dos investimentos privados, favorecendo a geração de emprego e renda. Em contrapartida, regiões como o Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri apresentam menor dinamismo econômico, refletindo limitações históricas relacionadas à infraestrutura, à diversificação produtiva e à capacidade de atração de investimentos.

Embora a estrutura produtiva seja um importante indicador das diferenças econômicas entre as regiões, a distribuição da renda também constitui um aspecto fundamental para compreender a desigualdade em Minas Gerais. Nesse contexto, o Índice de Gini torna-se um dos principais instrumentos para avaliar como a renda se distribui entre a população, permitindo identificar se o crescimento econômico observado no estado tem sido acompanhado por uma distribuição mais equilibrada de seus benefícios ou se permanece concentrado em determinados grupos.

Os dados apresentados na Figura 7 evidenciam que Minas Gerais registrou um Índice de Gini de 0,447, valor inferior à média nacional, que foi de 0,504. Esse resultado indica uma distribuição de renda relativamente menos desigual quando comparada ao conjunto do país. Entretanto, o indicador estadual deve ser interpretado com cautela, pois representa uma média que não evidencia as diferenças existentes entre as diversas regiões mineiras. Dessa forma, coexistem no estado municípios com elevados níveis de desenvolvimento econômico e outros que ainda enfrentam dificuldades relacionadas à renda, ao emprego e ao acesso a serviços essenciais. Assim, a análise do Índice de Gini demonstra que, embora Minas Gerais apresente um nível de desigualdade inferior ao observado no Brasil, persistem disparidades internas que justificam uma análise mais detalhada da realidade dos municípios.

Embora o Índice de Gini forneça uma visão geral da distribuição de renda em Minas Gerais, a realidade estadual apresenta diferenças significativas quando observada em nível municipal. A diversidade econômica, social e territorial do estado faz com que os indicadores de desenvolvimento variem consideravelmente entre os municípios, refletindo distintos níveis de renda, infraestrutura, oferta de serviços públicos e oportunidades econômicas. Dessa forma, a análise municipal permite compreender com maior precisão como as desigualdades regionais se manifestam no território mineiro.

3.1.1 Desigualdade social e financeira nos municípios de Minas Gerais

O estudo “Desigualdade na distribuição de renda nos municípios do estado de Minas Gerais”, publicado na Acta Scientiarum. Human and Social Sciences por Beirão, Barbosa e Leite (2019), adota como principal instrumento analítico o coeficiente de Gini, indicador consolidado na literatura econômica como medida sintética de desigualdade distributiva. Sua aplicação no nível municipal permite captar diferenças na distribuição de renda entre os municípios, revelando desigualdades que não são perceptíveis quando se observa apenas o indicador agregado do estado.

A pesquisa baseia-se nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano, elaborado em parceria entre o PNUD, a Fundação João Pinheiro e o Ipea. A metodologia empregada é de natureza quantitativa, descritiva e documental, com utilização de mapas elaborados por meio de ferramentas cartográficas. Tal abordagem possibilita não apenas a mensuração

numérica da desigualdade, mas também sua análise espacial, evidenciando padrões territoriais de concentração de renda.

No ano de 1991, 18 municípios mineiros — correspondentes a 2,11% do total de 853 municípios — foram classificados no estrato de altíssima concentração de renda. Embora esse percentual seja relativamente reduzido, ele evidencia que a desigualdade na distribuição da renda já estava presente em diferentes regiões do estado no início da série histórica. Além disso, a predominância de municípios classificados nos níveis médio e alto de desigualdade demonstra que a concentração da renda não se restringia a casos isolados, mas representava uma característica presente em parte significativa do território mineiro.

Entretanto, no ano 2000 observa-se uma mudança significativa nesse panorama. O número de municípios classificados no estrato de altíssima concentração de renda aumentou para 77, correspondendo a 9,03% do total de municípios mineiros. Esse crescimento evidencia um agravamento da desigualdade na distribuição da renda em relação a 1991, indicando que os benefícios do crescimento econômico observados no período não foram distribuídos de forma homogênea entre as diferentes regiões do estado. Como consequência, ampliaram-se as disparidades entre municípios mais dinâmicos economicamente e aqueles que permaneceram em situação de maior vulnerabilidade.

Já em 2010, identificou-se uma redução desse número para 42 municípios (4,92%). Embora esse percentual ainda seja superior ao observado em 1991, a diminuição em relação ao ano 2000 indica uma redução da concentração da renda entre os municípios mineiros, acompanhando a tendência observada em âmbito nacional na primeira década dos anos 2000. Apesar desse avanço, os resultados evidenciam que as desigualdades regionais permanecem presentes no estado, demonstrando que a melhoria dos indicadores não foi suficiente para eliminar as diferenças históricas entre seus municípios.

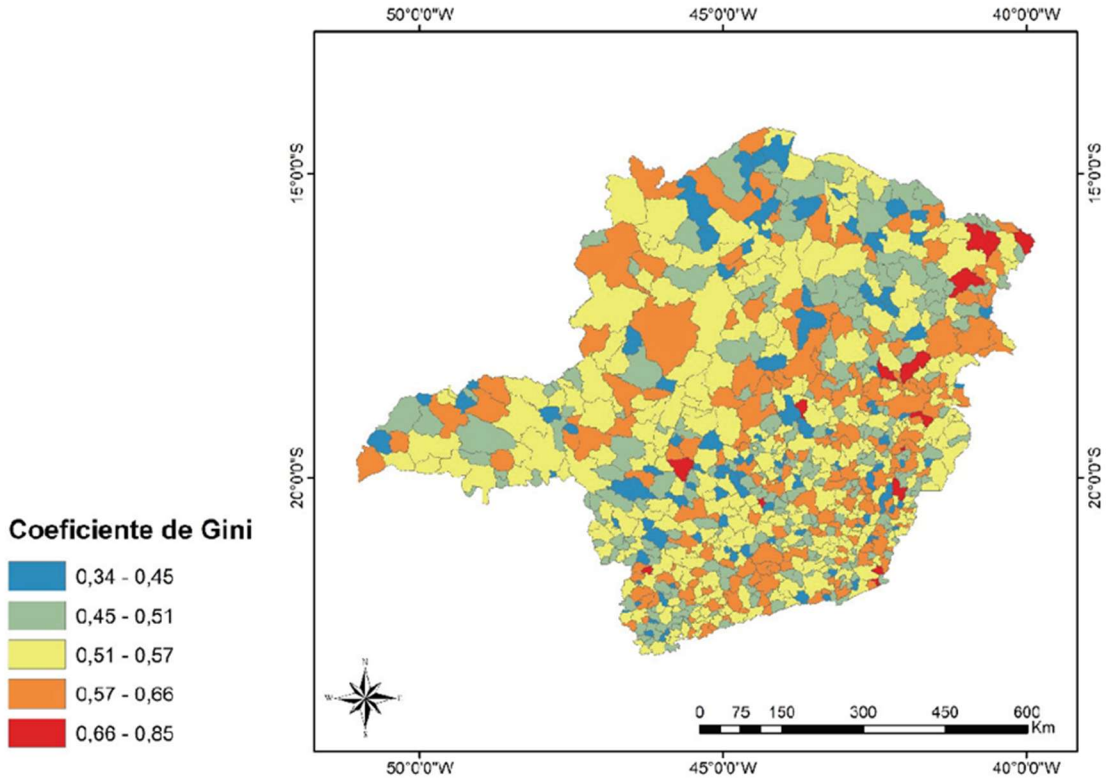
A comparação entre os três períodos evidencia que a desigualdade de renda em Minas Gerais não permaneceu estática, apresentando momentos de intensificação e de redução ao longo da série histórica. Nesse sentido, a representação cartográfica torna-se um importante instrumento de análise, pois permite compreender não apenas

a evolução dos indicadores, mas também a forma como a desigualdade se distribui espacialmente pelo território mineiro.

3.1.2 Representação Gráfica da Evolução do Coeficiente de Gini nos Municípios Mineiros

A análise gráfica constitui um importante instrumento para a interpretação da distribuição territorial da desigualdade. Os mapas e gráficos apresentados no estudo evidenciam não apenas a quantidade de municípios em cada estrato, mas também sua localização espacial.

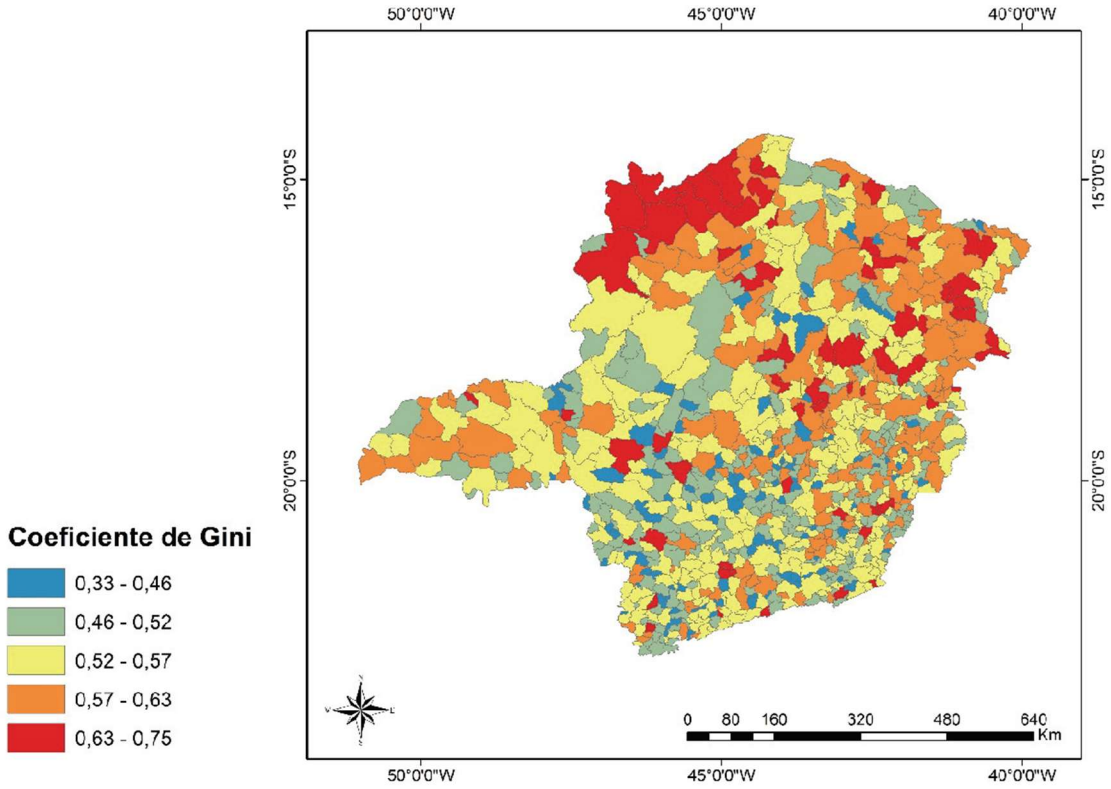
Figura 8 – Distribuição do Coeficiente de Gini dos Municípios de Minas Gerais – 1991



Fonte: BEIRÃO; BARBOSA; LEITE (2019, p. 8), com base em dados do IBGE.

O gráfico referente a 1991 evidencia que os municípios mineiros apresentavam diferentes níveis de concentração de renda, com maior presença de municípios nas faixas intermediárias do Coeficiente de Gini e menor ocorrência de valores na faixa mais elevada do indicador. Ainda assim, observa-se que a desigualdade já estava presente em diferentes regiões do estado, embora de forma menos disseminada territorialmente quando comparada aos períodos posteriores.

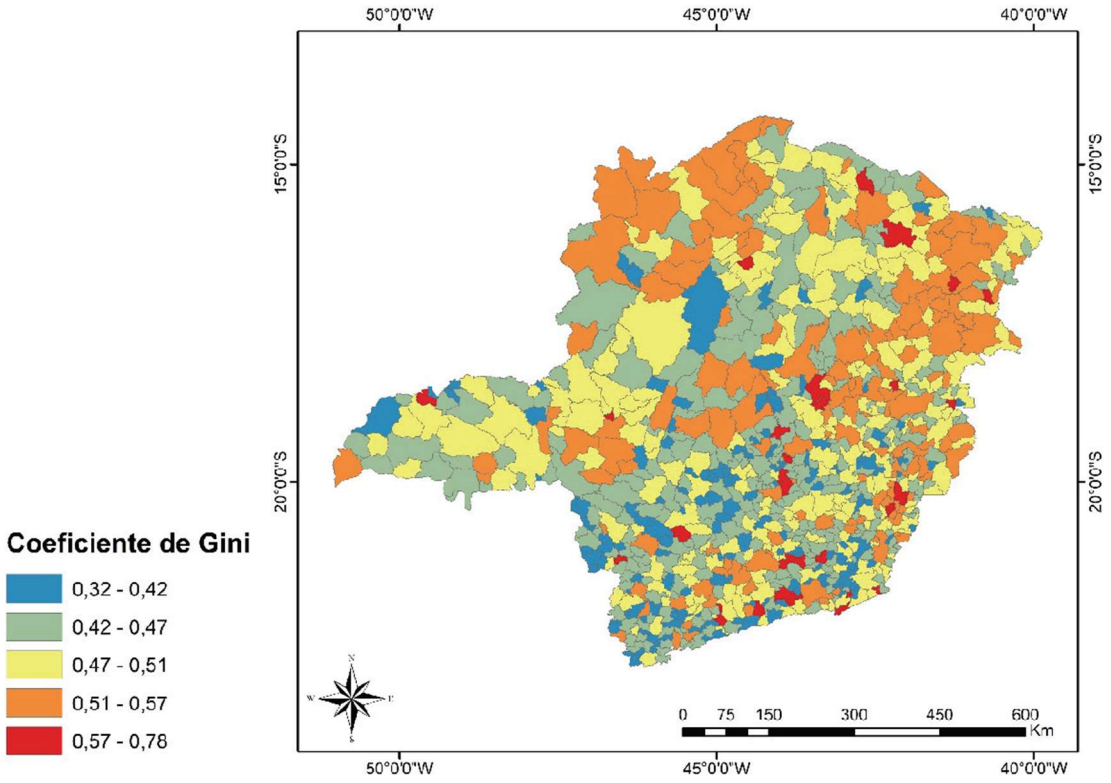
Figura 9 – Distribuição do Coeficiente de Gini dos Municípios de Minas Gerais – 2000



Fonte: BEIRÃO; BARBOSA; LEITE (2019, p. 9), com base em dados do IBGE.

No ano 2000, o gráfico evidencia uma ampliação da faixa mais elevada do Coeficiente de Gini em comparação a 1991, indicando o aumento da concentração de renda em um número maior de municípios. Observa-se também uma maior disseminação espacial dos municípios classificados nas faixas superiores do indicador, revelando o agravamento das disparidades intrarregionais. Regiões como Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri destacam-se pela presença de diversos municípios com elevados índices de Gini, evidenciando limitações relacionadas ao dinamismo econômico e às condições de desenvolvimento.

Figura 10 – Distribuição do Coeficiente de Gini dos Municípios de Minas Gerais – 2010



Fonte: BEIRÃO; BARBOSA; LEITE (2019, p. 10), com base em dados do IBGE.

Em 2010, observa-se uma redução da quantidade de municípios inseridos na faixa mais elevada do Coeficiente de Gini em relação ao ano de 2000. Embora a desigualdade permaneça presente em grande parte do território mineiro, o mapa indica uma distribuição mais equilibrada dos municípios entre as diferentes faixas do indicador, sugerindo uma diminuição da concentração de renda em comparação ao período anterior.

A comparação entre os três períodos evidencia mudanças na distribuição espacial da desigualdade nos municípios mineiros. Enquanto 1991 apresenta uma concentração mais moderada, o ano 2000 registra um aumento da quantidade de municípios nas faixas mais elevadas do Coeficiente de Gini. Em 2010, observa-se uma redução dessa concentração, embora as disparidades de renda continuem presentes em diferentes regiões do estado.

3.1.3 Territorialização da Desigualdade e Estrutura Econômica Regional

A desigualdade em Minas Gerais apresenta forte componente territorial, resultado da formação histórica e da distribuição desigual das atividades econômicas pelo estado. Minas Gerais possui uma estrutura produtiva heterogênea, na qual coexistem regiões altamente industrializadas e integradas aos principais mercados nacionais com outras marcadas por menor diversificação econômica e reduzida capacidade de atração de investimentos. Nesse contexto, regiões como o Jequitinhonha, o Norte de Minas e o Vale do Mucuri apresentam indicadores socioeconômicos inferiores, menor capacidade arrecadatória e maior dependência de transferências intergovernamentais, refletindo limitações históricas em seu processo de desenvolvimento.

Outro aspecto relevante para compreender a territorialização da desigualdade em Minas Gerais está relacionado ao grau de diversificação econômica dos municípios. Em diversas localidades, a atividade mineradora continua desempenhando papel central na economia regional. Embora esse setor tenha sido fundamental para a formação econômica do estado, a concentração dessa atividade em determinados municípios e a limitada diversificação das economias locais dificultam uma distribuição mais ampla dos benefícios do crescimento econômico. Como consequência, muitos municípios permanecem dependentes de um número reduzido de atividades produtivas, tornando-se mais vulneráveis às oscilações econômicas e às limitações do desenvolvimento regional.

Essa diferença no território influencia diretamente as oportunidades de geração de renda, emprego e acesso aos serviços públicos. Municípios com maior dinamismo econômico tendem a concentrar investimentos, infraestrutura e atividades produtivas, favorecendo melhores indicadores socioeconômicos. Em contrapartida, municípios com menor diversificação econômica enfrentam maiores dificuldades para ampliar sua capacidade produtiva, reduzindo as possibilidades de crescimento e de melhoria das condições de vida da população.

A territorialização da desigualdade demonstra que as diferenças regionais em Minas Gerais não decorrem exclusivamente da distribuição da renda, mas também da forma como a atividade econômica, os investimentos e a infraestrutura se organizam no território. Assim, compreender a estrutura econômica regional torna-se

fundamental para explicar por que determinados municípios conseguem ampliar seus níveis de desenvolvimento, enquanto outros permanecem enfrentando limitações estruturais que dificultam a redução das desigualdades.

A Figura 11 ilustra essa distribuição regional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais, evidenciando diferenças significativas entre as regiões do estado e reforçando a relação entre desenvolvimento humano, estrutura produtiva e dinâmica econômica regional.

Figura 11 – Desenvolvimento regional por IDH em Minas Gerais

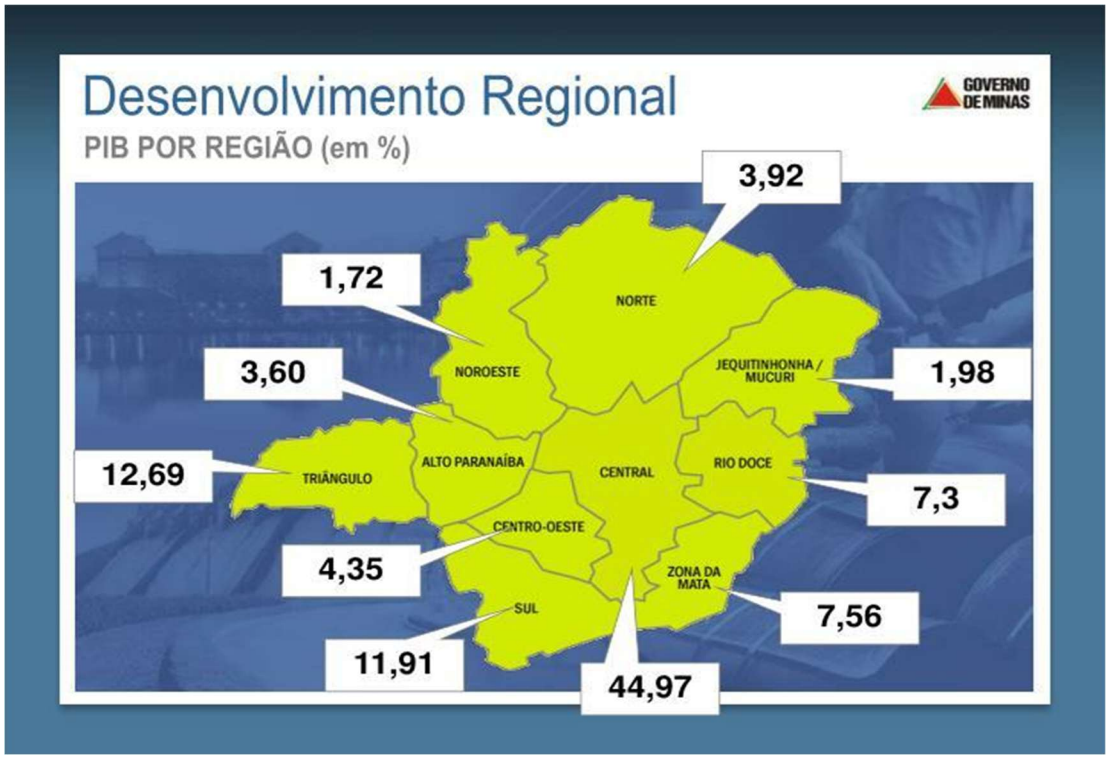


Fonte: Adaptado de Governo de Minas Gerais (2007).

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano evidencie as diferenças nas condições de vida entre as regiões mineiras, essas disparidades estão diretamente relacionadas à forma como a atividade econômica se distribui no território. Regiões com maior dinamismo produtivo tendem a concentrar investimentos, infraestrutura, empregos formais e arrecadação tributária, fatores que contribuem para ampliar sua capacidade de desenvolvimento. Nesse sentido, a análise da distribuição regional do

Produto Interno Bruto (PIB) complementa a compreensão das desigualdades observadas em Minas Gerais.

Figura 12 – Participação do PIB regional na economia de Minas Gerais



Fonte: Adaptado de Governo de Minas Gerais (2007).

Conforme apresentado na Figura 12, observa-se elevada concentração da atividade econômica nas regiões Central (44,97%), Triângulo (12,69%) e Sul (11,91%), que juntas representam a maior parcela do Produto Interno Bruto estadual. Em contrapartida, regiões como Noroeste (1,72%), Rio Doce (1,98%) e Norte (3,92%) apresentam participação significativamente inferior. Essa distribuição evidencia que a geração de riqueza em Minas Gerais permanece espacialmente concentrada, contribuindo para as diferenças na capacidade de investimento público, na oferta de empregos, na arrecadação municipal e na disponibilidade de serviços essenciais.

A concentração da atividade econômica influencia diretamente os indicadores sociais e o desenvolvimento das regiões. Municípios inseridos em áreas economicamente mais dinâmicas tendem a apresentar melhores condições de renda, infraestrutura e acesso aos serviços públicos, enquanto aqueles localizados em regiões menos desenvolvidas enfrentam maiores limitações para ampliar seus níveis de desenvolvimento. Dessa forma, a distribuição do PIB constitui um importante fator

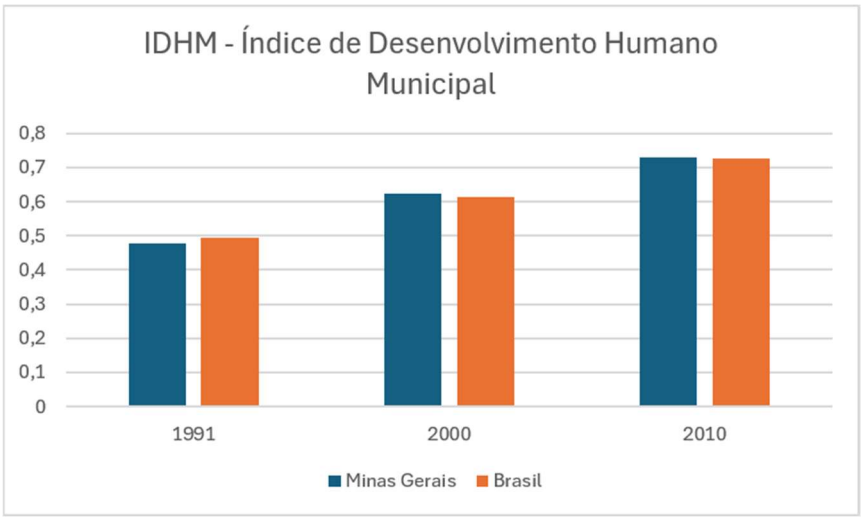
explicativo das desigualdades regionais identificadas ao longo deste capítulo e prepara a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apresentada na seção seguinte.

3.2 Articulação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

A análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) amplia a compreensão da desigualdade ao incorporar dimensões que vão além da renda. O indicador considera três componentes fundamentais: renda, educação e longevidade, permitindo uma avaliação mais abrangente das condições de desenvolvimento da população. Em Minas Gerais, o IDHM apresentou evolução positiva ao longo das décadas analisadas, indicando melhoria média das condições de vida da população.

Contudo, o avanço do IDHM não ocorreu de forma homogênea entre os municípios. Regiões com maior dinamismo econômico e estrutura produtiva mais diversificada apresentaram evolução mais significativa dos indicadores de desenvolvimento humano, enquanto municípios historicamente marcados por menores oportunidades de emprego, renda e acesso a serviços públicos permaneceram com índices inferiores. Essa diferença evidencia que o desenvolvimento humano está diretamente relacionado às condições econômicas e sociais existentes em cada região.

Figura 13 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas Gerais e do Brasil entre 1991 e 2010



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; Ipea; Fundação João Pinheiro, 2013).

Conforme demonstrado na Figura 13, tanto Minas Gerais quanto o Brasil apresentaram crescimento contínuo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre 1991 e 2010. Em Minas Gerais, o indicador evoluiu de 0,478, em 1991, para 0,624, em 2000, alcançando 0,731 em 2010. No Brasil, o IDHM passou de 0,493 para 0,612 e atingiu 0,727 no mesmo período. Observa-se que ambos registraram avanços expressivos no indicador ao longo do período analisado. Em 2010, Minas Gerais apresentou um IDHM ligeiramente superior ao nacional, evidenciando a evolução do desenvolvimento humano no estado. Entretanto, esse avanço não elimina as diferenças existentes entre os municípios mineiros, que continuam apresentando níveis distintos de desenvolvimento em função de suas características econômicas e sociais.

A persistência da desigualdade de renda compromete diretamente o desenvolvimento humano, uma vez que limita o acesso da população à educação, aos serviços de saúde e às oportunidades de inserção produtiva. Dessa forma, municípios com maiores níveis de desigualdade tendem a enfrentar maiores dificuldades para elevar seus indicadores sociais, demonstrando que o desenvolvimento econômico, por si só, não garante melhorias nas condições de vida da população, sendo necessário que seus benefícios sejam acompanhados pela ampliação do acesso a serviços públicos e oportunidades sociais.

3.3 Implicações Estruturais e Desafios para o Desenvolvimento Regional

A análise integrada dos indicadores apresentados ao longo deste capítulo evidencia que Minas Gerais registrou avanços importantes nas condições de desenvolvimento social entre 1991 e 2010. A redução do Coeficiente de Gini entre 2000 e 2010 e a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) demonstram avanços nos indicadores de desigualdade de renda e desenvolvimento humano. Entretanto, tais resultados não ocorreram de forma homogênea entre os municípios e regiões do estado, evidenciando que o desenvolvimento permaneceu condicionado às diferentes estruturas econômicas, sociais e produtivas existentes em Minas Gerais.

Nesse contexto, a redução da desigualdade observada entre 2000 e 2010 representa um ajuste parcial do quadro socioeconômico mineiro. Embora os indicadores revelem melhorias nas condições médias de vida da população, essas

transformações não foram suficientes para alterar, de maneira estrutural, as desigualdades regionais historicamente consolidadas. Permanecem diferenças significativas entre os municípios quanto à geração de renda, à diversificação econômica, à oferta de serviços públicos e à capacidade de promover o desenvolvimento local.

A superação dessas disparidades exige políticas públicas voltadas às especificidades de cada região, priorizando investimentos em educação, saúde, infraestrutura, inovação e diversificação produtiva. Além disso, o fortalecimento da capacidade administrativa e fiscal dos municípios constitui fator essencial para ampliar as oportunidades de desenvolvimento e reduzir as desigualdades territoriais de forma mais consistente e duradoura.

Em síntese, os resultados analisados demonstram que a desigualdade em Minas Gerais constitui um fenômeno estrutural, territorialmente distribuído e historicamente consolidado. Apesar dos avanços observados nos indicadores sociais e econômicos entre 1991 e 2010, persistem disparidades regionais que limitam o desenvolvimento equilibrado do estado. Dessa forma, a redução dessas desigualdades depende da formulação de políticas públicas capazes de promover maior integração econômica, ampliação das oportunidades e um desenvolvimento regional mais inclusivo e sustentável.

4 Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar a desigualdade socioeconômica pessoal e regional em Minas Gerais, buscando compreender sua formação histórica, sua relação com a estrutura econômica do estado e seus reflexos sobre os indicadores sociais e de desenvolvimento humano. A partir da análise do contexto histórico, da distribuição da atividade econômica e dos indicadores socioeconômicos, foi possível identificar que as diferenças regionais observadas atualmente são resultado de um processo histórico de longa duração, marcado por distintas trajetórias de desenvolvimento entre as regiões mineiras.

Os resultados demonstraram que, embora Minas Gerais tenha apresentado avanços importantes nos indicadores de desigualdade de renda e na evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre 1991 e 2010, esses progressos ocorreram de forma desigual no território. As regiões com maior dinamismo econômico, maior diversificação produtiva e melhor infraestrutura apresentaram melhores condições de desenvolvimento, enquanto áreas historicamente menos favorecidas continuaram apresentando maiores limitações econômicas e sociais.

Dessa forma, conclui-se que a desigualdade social e regional em Minas Gerais não pode ser compreendida apenas como consequência das diferenças de renda, mas como resultado da interação entre fatores históricos, econômicos, institucionais e territoriais. A concentração da atividade econômica, da infraestrutura e dos investimentos em determinadas regiões contribuiu para a formação de padrões distintos de desenvolvimento, cujos reflexos ainda podem ser observados nos indicadores econômicos e sociais dos municípios mineiros.

Os resultados obtidos também evidenciam que o desenvolvimento regional não pode ser analisado exclusivamente a partir do crescimento econômico. Embora determinadas regiões apresentem maior capacidade de geração de riqueza, essa condição, por si só, não garante uma distribuição equilibrada dos benefícios do desenvolvimento. A permanência de diferenças nos indicadores de renda e desenvolvimento humano, bem como nas condições de infraestrutura, demonstra que

o crescimento econômico precisa estar acompanhado de políticas capazes de ampliar o acesso às oportunidades e reduzir as desigualdades entre os municípios mineiros.

Nesse sentido, os indicadores analisados ao longo deste trabalho permitiram confirmar que as desigualdades regionais em Minas Gerais permanecem fortemente associadas à concentração da atividade econômica e às diferentes trajetórias históricas de desenvolvimento das regiões. Assim, o objetivo desta pesquisa foi alcançado ao demonstrar que as disparidades existentes no estado decorrem de um conjunto de fatores inter-relacionados, que ultrapassam a dimensão econômica e envolvem aspectos sociais, institucionais e territoriais.

Por fim, evidencia-se que a redução das desigualdades sociais e regionais depende da implementação de políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas, ampliar o acesso à educação, à saúde, à infraestrutura e aos serviços públicos e promover maior diversificação econômica. Espera-se que este trabalho contribua para ampliar a compreensão das desigualdades regionais em Minas Gerais e sirva de subsídio para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção de um desenvolvimento regional mais equilibrado, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

BEIRÃO, Éder de Souza; BARBOSA, Eduardo Vinícius Pereira; LEITE, Marcos Esdras. Desigualdade na distribuição de renda nos municípios do estado de Minas Gerais. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 41, n. 2, e46865, 2019. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v41i2.46865.

COSTA, Alfredo; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Modernizações em Minas Gerais: elementos teórico-conceituais e clivagens geohistóricas. *Terra Brasilis*, n. 13, 2020. DOI: 10.4000/terrabrasilis.5986.

DINIZ, Clélio Campolina. Minas Gerais e a economia nacional. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 205–221, jul./dez. 2018.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Gráficos: produção de ouro e população mineira no século 18. Atlas Histórico do Brasil. [s. d.]. Disponível em: https://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18. Acesso em: 12 set. 2026.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=42003&t=publicacoes. Acesso em: 12 set. 2026.

MARTINS, Marcos Lobato. A crise da mineração e os negócios do diamante no Nordeste de Minas, 1870–1910. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004, Diamantina. Anais [...]. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2004. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2004/D04A054.pdf. Acesso em: 29 jun. 2026.

MATIAS, Átila. Minas Gerais: dados gerais, mapa, história. Brasil Escola. [s. d.]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/minas-gerais.htm. Acesso em: 16 nov. 2025.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. *Estratégias de desenvolvimento econômico para Minas Gerais: desafios e experiências nas questões de infraestrutura*. Vitória, 21 jun. 2007. Apresentação institucional.

NAHAS, Mariana Medeiros Pereira Leite Pedrosa. *Mineração e dinâmica produtiva: efeitos da indústria extrativa mineral sobre a estrutura produtiva dos municípios mineradores de Minas Gerais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A

ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. *Anais [...]*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.
PORTO, Claudio Gerheim; PALERMO, Nely; PIRES, Fernando Roberto Mendes. Panorama da exploração e produção do ouro no Brasil. In: TRINDADE, Roberto de Barros Emery; BARBOSA FILHO, Olavo (org.). *Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. cap. 1, p. 1–22.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília, DF: PNUD; Ipea; FJP, 2013. 96 p. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-07/indice_de_desenvolvimento_humano_municipal_brasileiro_-_2013.pdf. Acesso em: 12 set. 2026.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, p. 115–132, 2007.

RODRIGUES, João Lucas. *O café no sudoeste mineiro: terra, trabalho e acumulação (1880–1930)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TRABALHO & DESIGUALDADE SOCIAL. Sociedade mineradora & açucareira. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://projetotrabalhoedesigualdadesocialbrasil.weebly.com/sociedade-mineradora--accedilucareira.html. Acesso em: 12 set. 2026.

VALE, Eduardo; HERRMANN, Hildebrando. Economia mineral do ouro no Brasil. In: TRINDADE, Roberto de Barros Emery; BARBOSA FILHO, Olavo (org.). Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. cap. 12, p. 307–322.

VALE, Fernando Henrique do. Estrutura da riqueza do município de Pouso Alegre/MG na transição dos séculos (1870–1920). *Tiempo y Economía*, v. 6, n. 2, p. 37–57, 2019. DOI: 10.21789/24222704.1492.